



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 24 de março de 2025 - Ata n.º 17.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Cloara Pinheiro** (na função de 1.^a Secretaria) e **Maria Victória** (2.^a Secretaria), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **17.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira. Consulto a 1.^a Secretaria se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Senhor Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 20/2025 do Governador, encaminhando Projeto de Lei (autuado sob o n.º 158) que autoriza a desafetação e transferência de trecho da rodovia estadual PR-690 ao município de Pinhal de São Bento; **Mensagem n.º 21/2025** do



Governador, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 159**) que institui o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional dos condutores de veículos automotores – CNH Social; **Mensagem n.º 22/2025** do Governador, encaminhando Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 160**) que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Paraná – PM-PR e fixa o seu efetivo.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 145/2025** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 790/2024, que foi convertido na Lei n.º 22.315; **Ofício n.º 561/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Goura; **Ofício n.º 562/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 563/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 564/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Fabio Oliveira; **Ofício n.º 565/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 566/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 567/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Informação da Caixa Econômica Federal**, notificando o repasse de recursos financeiros para a Universidade Estadual De Maringá, sob a gestão do Ministério da Saúde, que tem por objeto “ampliação de unidade de atenção especializada em saúde”.

Comunicado ao Plenário: Reenvio de Autógrafo à Casa Civil. Em cumprimento ao disposto no §2.º do art. 225 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, comunico ao Plenário que foi constatado erro material na Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 11/2024, de autoria do Poder Executivo. Diante disso, considerando que a referida proposição foi aprovada com emenda, a



qual não constou na Redação Final, esta Casa encaminhou à Casa Civil o Ofício n.º 55/2025, acompanhado do autógrafo corrigido, conforme o texto aprovado pelo Plenário.

Era o que continha, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): No horário do Grande Expediente, primeiro orador inscrito: Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde, Presidente Alexandre Curi, nosso 1.º Secretário Gugu Bueno e 2.ª Secretária Maria Victoria. Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, a todos os presentes, a todos os meus amiguinhos com síndrome de Down e a todos os seus familiares. Mais uma vez é uma honra estar nesta tribuna e é com grande alegria, Presidente, que nos reunimos hoje nesta Casa Legislativa para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado no último dia 21 de março. Esta é uma data que nos convida à reflexão, ao reconhecimento e principalmente ao compromisso contínuo com a inclusão e os direitos das pessoas com síndrome de Down. Nesta ocasião especial, prestamos uma homenagem à Federação Paranaense das Associações de Síndrome de Down, uma entidade que tem desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão e no fortalecimento da luta das pessoas com síndrome de Down no Paraná. A Federação reúne associações de diversas cidades, promovendo a integração, a troca de experiências e a construção de políticas públicas mais eficazes para essa população. O seu trabalho é essencial para que possamos avançar rumo a uma sociedade mais justa e acessível. Dentro desta homenagem também reconhecemos o trabalho incansável da nossa querida Vice-Presidente da Federação, a Marlene Dias de Carvalho, ser humano superespecial que tem se dedicado muito e que merece todo o nosso respeito, com toda a sua diretoria, que tem a dedicação da vida em defesa dos direitos das pessoas com síndrome de Down e é uma das homenageadas com a Menção Honrosa. Além da Federação, hoje também celebramos o protagonismo dos



autodefensores, que são a prova viva de que as pessoas com síndrome de Down têm voz e vez, lutam por seus direitos e desempenham um papel ativo na sociedade. São jovens que se reúnem para discutir temas fundamentais, compartilhar experiências e fortalecer a autonomia de toda a comunidade. Por isso, é uma honra conceder a menção honrosa a esses 18 autodefensores, que representam a força e a determinação das pessoas com síndrome de Down em nosso Estado, que são eles: nossa querida Marlene Dias de Carvalho, a Vice-Presidente, a Mayara Dias Carvalho, a Mariana Palmieri de Oliveira, a Laura Deorsola Xavier Negri, o Henrique Cavali Tuoto, a Bianca Carolina Felipe Mansano, o Carlos Eduardo da Silva Cavalheiro, a Caroline Megumi Yoshida, o Danilo Fernando Rigoni, o Eduardo Emanuel Sartori Filus, o Gianfranco César Zambon Filho, o João Vitor de Oliveira, a Karina Pessoa Petteres Gouveia, a Luiza Lucena Godoi Acosta, a Marília Larocrinski, a Miriam de Souza Frankovia, a Sayane Tomé Leite, a Ana Luiza de Freitas Vieira, a Stephanie Krubniki Braganholo, a Débora de Araújo, que é Coordenadora, e a Fabíola de Lucena Godoi Acosta, Coordenadora. Cada um deles nos ensina como a sua trajetória e dedicação, que é a inclusão, não devem ser apenas um conceito, mas sim uma prática diária e pertinente. A luta por uma sociedade mais inclusiva é responsabilidade de todos, do poder público, das empresas, das escolas, das famílias e da sociedade como um todo. Precisamos garantir oportunidades reais para que todas as pessoas possam desenvolver seu potencial plenamente. Reafirmo aqui o meu compromisso e o compromisso desta Assembleia Legislativa em continuar trabalhando por políticas públicas que assegurem acessibilidade, autonomia e dignidade a todas as pessoas com deficiência. Parabéns à Federação pelo seu trabalho incansável. Parabéns à nossa Vice-Presidente, a Marlene Dias de Carvalho, pela sua dedicação e compromisso. Parabéns aos 18 autodefensores pelo exemplo de força e protagonismo. Parabéns a todas as famílias, profissionais e entidades que dedicam as suas vidas a esta causa tão importante. Que esta homenagem nos inspire a transformar a inclusão em uma realidade cada vez mais presente em nosso dia a dia. Agradeço a Deus mais uma



vez, a todos os nossos Deputados e Deputadas por esta oportunidade de fazer esta homenagem a estes seres humanos tão especiais que são os nossos queridos que têm síndrome de Down, à Karina, que é minha Assessora Parlamentar, a Nayara, o Dudu, que já fazem parte desta Casa... Gostaria de clamar também o Dudu, que foi trazido aqui pelo Presidente Ademar Traiano, clamar a toda esta Casa para que os Deputados olhem com carinho, quem sabe contratar uma pessoa com síndrome de Down para estar aqui dentro desta Casa, para aumentar este time maravilhoso. Obrigado, Presidente. Mais uma vez, a todos vocês, muito obrigado e que Deus abençoe cada um de vocês. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Agradecemos ao Deputado Bazana e a todos os seus convidados e homenageados. Passamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito: Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento os colegas Deputados Estaduais, cumprimento a imprensa que está presente aqui na Assembleia Legislativa; e cumprimento você, cidadão de bem e cidadão honesto que me assiste através da *TV Assembleia*. Senhores, faço um questionamento a todos: Existem presos políticos no Brasil? O Brasil, por acaso, é uma ditadura e tem presos políticos, Sr. Renato Freitas? Questiono-lhe se o Brasil tem presos políticos. Infelizmente...

Deputado Renato Freitas (PT): Tem.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Lhe darei um aparte no momento oportuno. Infelizmente, temos presos políticos no Brasil. Uma moça de 38 anos, Débora Santos – essa moça de 38 anos tem 2 filhos, um de 6 anos, Deputado Leônidas, e um de 11 anos de idade. Antecedentes ela não tem! Nunca cometeu crime nenhum! Essa moça é evangélica, mãe de família e foi a Brasília



protestar, Sr. Líder do Governo, no dia 8 de janeiro. A intenção, o dolo de protesto. Uma pessoa benquista no seu meio social, Deputada Flávia, uma mãe dedicada. Está presa preventivamente há mais de dois anos. Vou repetir: está presa preventivamente! Qualquer bandido, criminoso, estuprador, quando passa de um ano, o juiz coloca em liberdade por excesso de prazo, e o Supremo Tribunal Federal está mantendo Débora presa! A prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal é possível para garantia da ordem pública, para garantia da ordem econômica, para conveniência da instrução criminal e para garantia da aplicação da Lei Penal. São *numerus clausus*, Sr. Renato Freitas, fechados, são hipóteses únicas. Nenhuma delas está presente e essa moça de 38 anos continua presa. Dois votos já estabeleceram uma pena de 14 anos de reclusão em regime fechado. Quem votou? O Ex-Governador do Maranhão, comunista, Flávio Dino, aquele mesmo que foi Ministro da Justiça em momento posterior e engoliu 181 câmeras de segurança, porque havia 185 câmeras de segurança e ele entregou apenas quatro. E a Débora está presa neste momento e vai continuar presa. Então, temos presos políticos no Brasil. O crime que ela praticou, senhores, vou praticar neste momento também, Deputado Guerrinha, Deputada Mabel Canto. Eu vou praticar o crime que ela cometeu e que está presa. Em frente à estátua da Deusa Têmis, no Supremo Tribunal Federal – tenho uma similar aqui –, com um batom, escreveu uma frase que deve ter uma consequência terrível para ter uma pena de 14 anos, maior do que de estupradores, maior do que homicidas! Eu vou cometer o crime que ela cometeu aqui, agora, neste momento, e peço aos senhores que se existir no Código Penal um tipo penal, que é a descrição da conduta, que me prendam em flagrante, que é a obrigação de V.Ex.^{as} aqui neste momento, porque qualquer um do povo poderá prender em flagrante quem está cometendo um ilícito. O crime dela, vou cometer agora. Estou cometendo o crime da Débora. Vamos pegar o batom aqui. Ela escreveu: “*Perdeu, mané!*” (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Vou usar o horário da Liderança, Sr. Presidente. Ela escreveu: “*Perdeu, mané!*” Não conheço no Código Penal, na parte geral ou parte especial ou em Lei Especial, nenhum tipo penal que diga que escrever em uma estátua tem uma pena de 14 anos de reclusão em regime fechado. Eu questiono: “*Nós vamos manter o silêncio, como Deputados Estaduais?*” Eu questiono: “*Sr.s Jornalistas, vão manter o silêncio?*” Por quê? Faço um desafio: vamos pegar o Código Penal e vamos procurar a conduta dessa moça, Débora Santos. Vamos tipificar a conduta dela e não encontraremos adequação típica nos moldes do ordenamento jurídico pátrio. Por quê? Porque temos presos políticos. E o Brasil, Deputado Nelson Justus, está em silêncio. O Brasil está silente, calado, com medo de consequências. Só que tem uma coisa: este mesmo Poder que age hoje contra essa vítima inocente, Débora Santos, no futuro pode agir contra nós, pode suprimir nossos direitos, e aí nada mais poderemos fazer. Por quê? Porque ficamos em silêncio quando uma mulher inocente, uma mulher evangélica, uma mulher mãe de família, uma mulher que foi a Brasília protestar e que não existe prova nenhuma de que buscava derrubar o Estado Democrático de Direito, ela agora está presa ilegalmente há mais de dois anos. E não tenho dúvida de que, infelizmente, será condenada. E o Brasil permanece em silêncio. Que País é este que permite que o Supremo Tribunal Federal rasgue a Constituição Federal, que rasgue o Código Penal, que é o Decreto-Lei n.^º 2.848/1940, que rasgue o Código de Processo Penal? Infelizmente, este é o Brasil de hoje. É o Brasil mais antidemocrático que eu conheço desde que me formei em Direito aqui na Universidade Federal do Paraná, no início da década de 90. É um direito que eu não ensinei em sala de aula como professor de Direito Penal e de Processo Penal; é um direito que se alguém em uma prova de Direito transcrever aquilo que é produzido pelo Supremo Tribunal Federal tirará nota zero, porque não encontra respaldo no



ordenamento jurídico. Por isso peço: Liberdade para Débora Santos já! Liberdade para Débora Santos já! Liberdade para Débora Santos já! Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente: Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas e Deputados. Eu quero hoje trazer um assunto aqui nesta tribuna que, infelizmente, nos últimos anos, de forma recorrente... temos um trecho da BR-376 em Ponta Grossa, ali mais precisamente entre os viadutos do Santa Paula e do Santa Terezinha, que já está conhecido como *corredor da morte*, porque, infelizmente, muitos acidentes acontecem nesse trecho, é um trecho de descida, e acaba vitimando muitas pessoas. Na última quarta-feira, Deputada Cloara, infelizmente, foi a vida da Mayara Rocha Gonçalves, de apenas 22 anos. Ela deixa uma bebezinha de seis meses, o marido, toda uma família enlutada. Havia um congestionamento, por conta de um caminhão que estava com defeito, e outro caminhão que descia – por volta ali das 21 horas da quarta-feira – acabou colidindo e fez um engavetamento. O carro em que ela estava acabou pegando fogo e ela acabou falecendo dessa forma tão trágica, mas não é a primeira vítima desse trecho infelizmente. Dois dias após esse triste acidente, novamente tivemos outro acidente ali nesse trecho, Deputado Requião. Vocês que andam para cima e para baixo, sabem que ali é um setor muito perigoso, Deputado Arilson, Deputado Marcelo Rangel, e nós precisamos fazer algo. Não podemos mais permitir que isso aconteça em Ponta Grossa. Eu também quero pedir e vamos fazer uma solicitação ao DER, e em especial ao DNIT, Deputado Hussein. O Deputado Arilson, que uma vez me levou inclusive ao DNIT, quero contar novamente com a sua ajuda junto ao Governo Federal nesse sentido, Deputado Hussein junto ao DER, porque não podemos ter mais vítimas nesse trecho. Sabemos que ali vai ser pedagiado. Não é de competência do DER, é do DNIT –



por ora, mas vai ser pedagiado, por ser uma rodovia federal –, mas precisamos fazer algo de forma urgente, precisamos estudar algo. Não sei se mais radares, não sei se pode ter lombada, precisa ver de forma técnica o que pode ser feito, mas algo precisa acontecer porque é uma tragédia anunciada, infelizmente. Por fim, quero saudar aqui os torcedores do Operário, os torcedores do Maringá, que fizeram um grande confronto no último sábado. Como boa operariana que sou, claro que torcemos pelo nosso Fantasma, tenho certeza que vamos vencer o campeonato. Estaremos, lá no sábado, no Germano Krüger, que já está com os ingressos esgotados em alguns setores. Vai ser uma festa, com toda certeza no Germano Krüger. Quero então, convidar, inclusive os Deputados de Maringá, Deputado Rangel, que vão lá ao estádio torcer com a gente e fazer esse espetáculo que é o futebol. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, estendendo, inclusive, o apoio à Deputada Mabel com relação ao seu pronunciamento. Está corretíssima. Temos um problema bem sério ali na BR que corta Ponta Grossa, conhecida pelos ponta-grossenses como Presidente Kennedy, mas que é de responsabilidade do Governo Federal, que agora vai ser pedagiada. E também falar do Operário. Deputada Cloara, a senhora é nossa convidada, os Deputados de Maringá, de toda a região e também de Curitiba, quem é torcedor do Athletico, quem é torcedor do Coritiba, porque o Operário fez a primeira partida de uma maneira espetacular, cedeu o empate, mas, tenho certeza absoluta de que, em Ponta Grossa, vai ser um novo *show*. Então, estamos muito felizes com o nosso Operário, o Fantasma, na final do Paranaense. Mas, Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar sobre um assunto muito sério e pedir a atenção do Deputado Tito Barichello, Deputado Arruda, porque o tema hoje é sobre audiências de custódia. Esse paradoxo do controle quando a ferramenta de



Justiça se torna escudo para a impunidade. Uma das maiores ferramentas, que foi criada para coibir abusos, prisões abusivas, se tornou o maior instrumento da impunidade no nosso país. Tivemos uma Audiência Pública em Ponta Grossa, onde fizemos no Estado do Paraná, e a reclamação será a mesma: os bandidos são presos pela polícia, que faz um grande trabalho – a Polícia Militar do Estado do Paraná – e retornam para as ruas. Para vocês terem uma ideia, somente em Ponta Grossa na audiência, levaram diversos casos onde bandidos retornaram para as ruas depois de dez vezes serem presos pela Polícia Militar. E não é somente em Ponta Grossa, é em Curitiba, é em todo o Brasil. Eu trouxe aqui, inclusive, algumas notícias: *Jovem Pan News*, do dia 24 de fevereiro, “Audiência de custódia solta quatro a cada dez presos” e é *sine qua non*, é uma obrigatoriedade, inclusive, da maior autoridade do Poder Judiciário, não conceder liberdade em caso de bandidos que são reincidentes. Lá em Piraí do Sul, um bandido saiu 25 vezes e está na rua neste momento. E tem mais aqui, a *Jovem Pan* falou a respeito dos casos em todo Brasil, mas o *Jornal de Brasília*, hoje, fez uma crítica ao Sr. Lewandowski, Ministro da Justiça do País, que disse oficialmente que “a polícia prende mal” e é por isso que o Poder Judiciário coloca novamente esses meliantes nas ruas. Atribuiu a soltura dos criminosos a prisões malfeitas. Em nota divulgada no dia 20, a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, maior entidade de classe, disse que críticas públicas não respaldadas em evidências e dados concretos enfraquecem o esforço conjunto de enfrentamento à criminalidade: “Só é possível falar em prisão mal realizada quando se detectar alguma ilegalidade e, certamente essa não é a realidade diuturna das audiências de custódia realizadas no Brasil”, diz a manifestação dos Delegados. Aqui, na Assembleia Legislativa, temos Delegados. Conversando, inclusive, com alguns Parlamentares que atuam, eles me disseram que, por diversas vezes, já prenderam meliantes, bandidos – inclusive, muito perigosos –, com alta carga de tráfico de drogas, quilos e quilos de cocaína, de crack e outras drogas, e os bandidos retornaram no dia seguinte. Isso não tem sentido, gente. É inaceitável. Vejam só o que aconteceu neste caso aqui: “Preso por roubos no Rio



de Janeiro deixou tornozeleira eletrônica descarregar 19 vezes, em menos de dois meses, para cometer crimes e voltou a ser solto". A *Tarde*, de Salvador, Bahia, 4 de setembro de 2024, "Audiência de custódia liberou quase 70% dos presos em Salvador". Também tem uma discrepância. Por que lá em Salvador se solta mais bandidos do que em outras regiões do país? Das 946 audiências... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Peço o horário do PSD, Presidente, apenas para concluir o raciocínio e poder escutar também quem gostaria de falar a respeito desse assunto que, aliás, é um assunto extremamente espinhoso. É difícil um Parlamentar subir à tribuna para falar a respeito de audiências de custódia. Eu vi aqui o Deputado Tito falar sobre as punições que alguns vândalos estão recebendo – e vandalismo tem que ser punido mesmo –, mas uma jovem receber 14 anos de punição... 14 anos por ter pichado uma estátua me parece ser demais. E para ela não teve audiência de custódia, enquanto que, segundo o jornal *A Tarde*, um estuprador por duas vezes cometeu estupro, crime hediondo, e recebeu novamente a liberdade através de audiências de custódia. E o que aconteceu? Ele, infelizmente, acabou matando uma pessoa logo após receber o benefício. O monstro foi solto e está vivendo de novo na rua. De novo, ele voltou; matou uma pessoa, depois de dois estupros, matou uma pessoa. Olha, vocês me perdoem, mas preciso dizer, alguma coisa está errada. Alguém precisa levantar a voz. Marcelo, você é Deputado Estadual e esse é um tema do Congresso Nacional. Esse é um tema para os Deputados Federais, esse é um tema para os Senadores. E por que você está falando a respeito disso? Primeiro, na preocupação que nós, paranaenses, também estamos tendo com essas solturas e com os crimes que, infelizmente, acabam crescendo, mesmo tendo trabalho exemplar da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal, da Polícia



Rodoviária. Por diversas vezes, os delegados comentaram em audiências que, se não tiver algo diferente com relação a esse tema eles vão enxugar gelo e tragédias vão acontecer. Pois bem, senhores, estudei bastante o tema, o assunto, e estou trazendo um Projeto de Lei aqui para a Assembleia Legislativa, que é um Projeto apenas de comunicação. Como falei, é um tema que precisa ser abordado lá no Congresso, mas não existe hoje a comunicação oficial do Poder Judiciário à Secretaria de Segurança do Estado do Paraná. E o que acontece hoje? Conversando com o Secretário, conversando também com os delegados, muitas vezes até mesmo as autoridades do setor acabam desconhecendo que aquele determinado bandido, que foi preso, está novamente nas ruas. Então, vamos fazer com que o Estado do Paraná dê um exemplo no quesito comunicação direta do Poder Judiciário aos órgãos de segurança pública do nosso Estado. Então, a cada livramento das audiências de custódia, é necessário, aí sim, vamos oferecer aqui a oportunidade do Poder constituído comunicar imediatamente à Secretaria de Segurança, e isso vai dar também publicidade ao nosso povo. Porque as pessoas também necessitam ter a informação de quem está aterrorizando as famílias nas ruas e que foram beneficiados por uma lei, que na verdade foi criada para evitar abusos em prisões irregulares. Agora, não consigo ver um estuprador que cometeu duas vezes o crime hediondo de estupro receber o benefício de audiência de custódia – nem está previsto isso em lei federal. Porque audiência de custódia, ela é clara: somente quem não tem antecedentes. E por que isso está acontecendo em todo o Brasil? Portanto, fica aqui o meu reclame, a minha voz para que levantemos a nossa opinião no Estado do Paraná e que chegue, no Congresso Nacional, que estamos indignados, com, infelizmente, os abusos das audiências de custódia que estão acontecendo em nosso País. Era isso, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito pelo Pequeno Expediente: Deputado Requião Filho. E esta Presidência anuncia a presença do Prefeito de Mariópolis, o Sr. Mario Paulek, e da Vice-Prefeita, a Sr.^a



Solange Bellan, dos Vereadores Sr. Marco Antônio Dal Sant, Edimilson Bogoni – por solicitação do Deputado Guerra. E comunicar a presença da Vice-Prefeita de Irati, a Sr.^a Larissa Mazepa, por solicitação do Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Caros colegas, público que nos assiste, fazia um tempinho que eu não subia aqui, Deputado Hussein, mas, toda denúncia que chega às minhas mãos, eu trago aqui. Algumas bem fundamentadas e outras com muita fumaça e, sempre que há fumaça, pode haver fogo. A SEAP – Secretaria de Administração e Previdência do Paraná, ela é responsável pela gestão de recursos humanos, materiais e patrimoniais do Estado e coordena políticas previdenciárias e consignados. A SEAP tinha um contrato, Gugu Bueno, com uma empresa chamada Zetra, de nome peculiar. Esse contrato chega ao seu fim e não é renovado. Não sendo renovado, a SEAP faz um convênio com o PTI – Parque Tecnológico de Itaipu, que assume o serviço que a Zetra prestava ao Estado do Paraná e, curiosamente, mais ou menos três meses depois, devolve o serviço. Uma contratação emergencial é feita e quem ganha essa emergencial, quem recebe essa emergencial, é uma empresa chamada Salt. Sem licitação, contratação emergencial, e a Salt assume então esse serviço tão importante e tão caro ao Paraná. Mas o que chama a atenção, meus amigos, é que a Salt usa o sistema da Zetra. Sistema esse que a outorga custava 18 milhões de reais, por ano. Não consigo entender, então, como que a SEAP tinha uma empresa, resolve encerrar o seu contrato, manda para o PTI, o PTI assume, devolve e, em uma emergencial, a Zetra, que não seria mais contratada, não participa. Mas quem é contratada é a Salt, que usa o programa da Zetra, sem pagar por ele. Essa conta não fecha. Não fecha Itaipu ter recebido e ter entregado o PTI ao Parque Tecnológico de Itaipu – ou Itaipu foi usada ou estava de má-fé –, mas a contratação emergencial da Salt, sem a devida concorrência, sem a devida licitação, sem os devidos trâmites legais, e usando um sistema da empresa que teve seu contrato encerrado, me chamou a atenção. Não posso dizer para os senhores: “Olha, aqui tem corrupção”. Não, não posso dizer. Mas que tem



fumaça... tem muita fumaça. E o nosso trabalho, como Deputados, é trazer as denúncias para que elas sejam apuradas. As demais informações que temos serão compiladas e encaminhadas, como de costume, ao Ministério Público para que ele faça a sua parte. E digo aos senhores, Deputado Hussein, às vezes a gente encaminha as denúncias para o Ministério Público do Paraná já sem nenhuma fé de que vai andar para frente. Infelizmente, parece que falta ao Ministério Público, por vezes, aquela vontade de investigar que eles tinham. Se não dá mídia, não anda; se não vai sair no Jornal da *RPC*, a investigação não vai para frente. Mas é algo a ser estudado e precisamos compreender qual é o trâmite que envolveu a Zetra, a Salt, a SEAP e o PTI, para que passemos isso a limpo. Porque o volume de dinheiro é muito grande. E quando um volume desse tamanho passa por situações assim, é nosso trabalho, como representantes do povo e fiscalizadores do dinheiro público, questionar e buscar a verdade. Era isso, Sr. Presidente, era isso, caros Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias, a pergunta é a seguinte: até onde vão as arbitrariedades do Supremo Tribunal Federal, até onde? Algo sem limite. O ditador de toga, Alexandre de Moraes, não tem limite mais. O cara se tornou um psicopata, quer cair atirando, porque vai cair – óbvio que vai cair – mas atirando. Alguém tem alguma dúvida de que o Brasil já é uma ditadura, resta alguma dúvida? Se não se segue o processo legal, se não se respeita a Constituição Federal, se não se respeitam os direitos de cada cidadão, aonde vai parar isso, gente? Temos aí um Senado acovardado, não todos, óbvio, mas uma boa parte. O antigo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é um canalha traidor, cara que não vale nada. O cara que permitiu o avanço das loucuras do Xandão, porque não teve coragem de tomar atitude. Não



é que não teve coragem, covarde ele é, mas trabalha por interesse próprio, para a vida dele. Agora tem lá o novo Senador, Alcolumbre, onde está o novo Senador? “Ah, está na comitiva do Lula para o Japão”. O Brasil com nove trilhões de dívida do país e o Lula levou um monte de gente passear no Japão. Qual a finalidade? Vai fechar negócio no Japão? Tem que levar tanta gente? Tanta gente inútil, tanto puxa-saco? Está usando dinheiro público para fazer *lobby* político, para se defender desse Governo falido dele, de um Governo corrupto, incompetente, que está destruindo o Brasil? Cadê os Senadores do Paraná? Três Senadores inúteis que não têm coragem de ir em uma tribuna e falar a verdade ou cobrar uma atitude digna! Agora, o caso da cabeleireira que está há dois anos presa e querem condenar a 14 anos – Xandão psicopata e Flávio Dino já deram o voto. Agora teve uma luz: o Ministro Fux pediu vista do processo, porque óbvio que está vendo que não tem o mínimo cabimento o que estão fazendo. Não tem o mínimo cabimento você querer condenar uma pessoa que escreveu: “*Perdeu, mané*”, numa estátua que já foi limpa no dia seguinte, com batom. Aonde vamos parar? Não tem mais limites. Deputada Maria Victoria, o Brasil chegou em um ponto hoje em que, realmente, a gente desanima. Você pega o caso aí... o Supremo Tribunal Federal, hoje, com tanta coisa importante para eles checarem, pedir informação, não, eles querem prender o Bolsonaro. Tentaram com carteirinha de vacinação – não deu certo. Perturbação à baleia – não deu certo. Compra de imóveis – não deu certo. Joia. Vocês do PT têm que ir lá e pedir perdão para o Bolsonaro. A *Rede Globo*, vocês da *RPC*, peçam perdão ao Bolsonaro. Vocês ficaram dias falando que eles tinham roubado as joias. Não. As joias pertencem a ele. Só que ele nem ficou com as joias, nem a Michelle ficou com a joia; pertence a ele, está declarado pelo TCU. E agora? Virá algum perdão, virá alguma explicação? Não, ninguém fala nada. Agora querem condená-lo por um golpe e colocá-lo 28 anos na cadeia. Não roubou, não matou, não fez nada, não há nenhuma prova sequer contra o Bolsonaro. Zero! Nem no Brasil estava, mas o golpe. Que golpe? Golpe sem ninguém armado. Golpe que tinha uma pessoa vendendo algodão-doce. Alguém viu já um golpe de Estado, pessoas sem



armas e vendendo algodão-doce? Alguém já viu? Não, porque não existe, nunca existiu golpe nenhum. O que existe é uma farsa ordinária do Supremo Tribunal Federal, junto com esse corrupto e incompetente Governo Lula, com todo o apoio da *Rede Globo*, que é bem paga para defender os bandidos. Vocês do Supremo deveriam estar fazendo uma pergunta. (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Deveriam estar pedindo, dando 48 horas para o Governo ou para a Itaipu explicar aonde foram parar nove bilhões, que eles gastaram sem especificação no orçamento. Aonde foi parar o dinheiro, gente? Nove bilhões! Estou entrando com uma Ação Popular, óbvio, e com um ofício junto ao Ministério Público. Vamos investigar isso. Amanhã vai estar aqui o Presidente da Itaipu, podemos perguntar ao vivo e em cores para ele, o que está havendo com o dinheiro da Itaipu, que não faz obra nenhuma. O Bolsonaro deixou 90% da segunda ponte Brasil-Paraguai pronta. Faltava 10%, não fez. Mas gasta dinheiro com besteira sem licitar. Pega aqui o Governo do Estado, um Governo sério, a Ponte de Guaratuba, já foi mais de 50% pronta, e esse Governo ladrão e incompetente não consegue terminar 10%. Bandidos, canalhas, vão pagar por isso. (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Tercílio Turini. Anuncio aqui a presença do Prefeito de Irati, o Sr. Emiliano Gomes, e da Vereadora, Sr.^a Silvana, a pedido do Deputado Hussein Bakri. Sejam bem-vindos. Também dos Vereadores de Goioxim, Sr.^s Aldenir Gnass, José Neuri e Denílson Ferreira Ramos, a pedido do Deputado Traiano. Também sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (MDB): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, eu gostaria de, se possível, a atenção dos nossos colegas. O que



queria fazer aqui hoje não é muito o meu perfil, mas estou vindo e, se possível, eu queria uma atenção especial da Mesa, porque estou reputando da maior gravidade. Há uma semana foi derrubada minha conta no *Instagram*. Há uma semana! A Plataforma Meta desabilitou o meu perfil, provavelmente – por tudo o que foi pesquisado pela nossa assessoria – foi um ataque de robôs. Provavelmente, com a argumentação, aqueles ataques de robôs, com milhares de mensagens, dizendo que o meu perfil era falso. Tenho *Instagram* há mais de 10 anos. Recorremos à plataforma, entramos em contato durante a semana toda. Fizemos, levantamos todas as justificativas, inclusive, com perfil facial, reconhecimento facial, mostrando que a conta era nossa. Mas a plataforma, de maneira sumária, desrespeitosa, sem nenhum comunicado, e apesar de todas essas informações que fizemos, não voltou ainda a nossa conta no *Instagram*. Seguimos sempre com ética, respeitando tudo aquilo que propõe a plataforma, nunca tivemos nenhum problema. Pior, nos últimos dois dias, criaram um perfil falso. O meu perfil é Tercílio Turini, com foto, com todos os dados, com todas as informações. Criaram um perfil Turini Tercílio. Gente, é um precedente de uma gravidade, talvez as pessoas que ainda não sofreram esse tipo de ataque – tomara que não sofram –, além de todo o prejuízo de você não ter comunicação e as pessoas perguntando, isso cria um precedente, porque é um ataque a um político e que, se virar moda isso daqui...para atingir outros políticos. O que fizemos até, então? Fizemos o seguinte: além de recorrer à plataforma e dar todas as informações, mostrar que o perfil é nosso, fizemos um boletim na Polícia Civil, no Nuciber, e uma denúncia no Procon. Hoje procurei o Procurador desta Casa, o Dr. Fernando Paulo, e pedi que, do ponto de vista institucional, a Casa também nos ajude, porque se está atacando um Deputado, logicamente, que está atacando toda a Casa. O que temos publicado? As coisas do exercício do nosso mandato, as nossas posições. Como diz um colega nosso, provavelmente, é alguma coisa que tenha incomodado. Talvez tenhamos pisado no *rabo do gato* e isso tenha causado descontentamento e estamos sofrendo esse ataque. Então, estou vindo aqui fazer essa denúncia, está feito o boletim de ocorrência, está feita



uma denúncia no Procon. Espero aqui que esta Casa nos ajude, para recuperarmos a nossa conta no *Instagram*. Era isso, obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Agora, pelo horário das Lideranças, Deputado Renato Freitas.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Hoje, venho a esta tribuna não só para falar que a horda de vândalos, golpistas que, no dia 8 de janeiro de 2023, praticaram continuadamente uma série de crimes – tentativa violenta de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe militar, dano qualificado, depredação de patrimônio público tombado –, de forma inocente, ignorante, ingênua ou não, serão – como devem ser – repreendidos, pelo Direito Penal. Aliás, que Deus nos proteja da bondade de gente ruim, porque de boa intenção, a Papuda está lotada. Esse Governo que induziu essas pessoas a esses crimes e que agora lava as mãos fugindo para os Estados Unidos, covardemente, foi o mesmo responsável por mais de 600 mil mortes na pandemia, por conta do Covid...

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Deputada, Presidenta, peço a V. Ex.^a que faça com que o Deputado Renato Freitas coloque a vestimenta correta, de acordo com o Regimento Interno. Ele não pode utilizar a palavra sem a vestimenta correta, e que ele cumpra a lei pelo menos aqui. Obrigado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): (Risos.) Agora estou coberto de roupas e de razão, porque se trata de fatos, não meras conjecturas e mentiras. Aqui, nesta Assembleia, vimos um Deputado subir àquela tribuna e dizer: “*Aqueles que foram a Brasília no 8 de janeiro e depredaram, eram todos petistas infiltrados*”. O mesmo Deputado agora sobe à tribuna e diz: “*Anistia para aqueles que depredaram*”. Ou seja, anistia para os petistas. Mas ele é bolsonarista roxo. Então, ou ele mentiu antes ou ele mente agora. Mas como a mentira é a única língua em que aquele Deputado tem fluência, não dá para acreditar em absolutamente nada. Herança maldita...



Deputado Delegado Tito Barrichello (UNIÃO): O senhor me daria um aparte, Deputado?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Quando for oportuno, por favor, Deputado, deixa eu só continuar. Herança maldita essa a do bolsonarismo para nós. Aqui no Paraná, como em outros estados em que o Governador apoiou o Bolsonaro e vice-versa, houve a indicação para a Secretaria de Segurança, no nosso caso, Coronel Hudson Teixeira, aquele que no meu primeiro mês de mandato protocolou nesta Casa um pedido de cassação, porque segundo ele eu estava difamando a instituição Polícia Militar ao vir aqui e ler um relatório do Gaeco, que falava das centenas e centenas de mortes promovidas pela Polícia Militar, em confronto ou não, em legítima defesa ou não. Sim, Hudson Teixeira, aquele mesmo que foi nas vias interditadas e assumiu, em frente às câmeras, que estava praticando um crime de prevaricação, porque deveria prender aquelas pessoas. Mas não, preferiu instruí-las a manifestarem-se da melhor forma. Foi cúmplice, é cúmplice, portanto, dos acampamentos golpistas. Quando eu estive em um debate com Deputado Tito Barrichello na *Jovem Pan* – terreno hostil, mas eu não tenho medo, porque eu tenho a verdade ao meu favor –, ao final do debate, eu disse: “*Deputado Tito, a Secretaria de Segurança Pública que o senhor tanto elegia, praticou um ilícito, nepotismo; Hudson contratou o próprio irmão*”. Isso foi em abril, março ou abril de 2023. Logo depois, o irmão do Hudson foi para a Secretaria de Previdência Social. De lá, em junho daquele ano, fez um pedido para que um preso fosse substituído, saísse do CDP de São José dos Pinhais, aquele mesmo que nós denunciamos aqui que estava comprado por um grande traficante, que foi vendido pelo diretor do Depen, segundo denúncia dos próprios agentes de segurança pública e da *Rede Record*. Acontece que, além da ilegalidade de alguém lotado na Secretaria de Previdência pedir a substituição de um preso, já que não é da sua competência, esse preso foi transferido imediatamente. O e-mail dele chegou às 2h23, 2h28, pedindo a transferência; no mesmo dia, 15 de junho de 2023, esse preso foi transferido e, às 6 horas da tarde, apareceu morto,



“suicidado” na PCE-UP, em Piraquara. E esse preso não era qualquer preso, era um grande traficante de drogas, que comandava a região da Cidade Industrial de Curitiba, e pagava caro à milícia instalada no CIC, o que nos leva a crer que se tratou de uma queima de arquivo. E digo mais: o diretor da Unidade Penal de São José dos Pinhais tentou investigar o porquê – da Unidade Penal não, do Depen. O Diretor do Depen, Reginaldo Peixoto, tentou investigar porque essa transferência e essa morte, cobrou o Corregedor Deivid Alessandro Inácio. O Corregedor não deu resposta, então, o diretor do Depen, Reginaldo Peixoto, removeu da Corregedoria o Deivid Alessandro, Corregedor, por incompetência, por inércia. E o que aconteceu com o diretor do Depen? Foi removido por ordem do irmão do Alisson, ou seja, do Secretário de Segurança, Coronel Hudson, que colocou no lugar do diretor do Depen a sua amiga íntima, Ananda Chalegre, que fez, que teve como primeira medida, adivinha? Afastar o atual Corregedor e trazer novamente Deivid Alessandro Inácio Duarte, aquele que não quis investigar a morte. Algo de podre existe na Segurança Pública do Estado do Paraná, dezenas de mortes, unidades prisionais vendidas por milhões a grandes traficantes, assassinatos, queimas de arquivo. A mão do Governo... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Franceschini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): A mão do Governador Ratinho Júnior, assim como a do Secretário de Segurança Hudson Teixeira, está suja de sangue, e isso os torna ainda mais cúmplices desse bolsonarismo que mata, que para nós não promete vida, mas sempre reivindica e serve à mentira e à morte. O tempo de vocês tem chegado ao fim.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Franceschini – União): Passemos agora para o horário da Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato, pelo PT. Gostaria de anunciar a presença dos Vereadores de Umuarama, Edinei do Esporte e Cris das Frutas, a pedido do 1º Secretário, Deputado Gugu Bueno.



Sejam bem-vindos. E também do Prefeito de Mallet, o senhor Pedro Kowalczyk.
Seja também muito bem-vindo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidenta Flávia; em seu nome, quero saudar todas as Deputadas aqui e saudar também todos os Deputados e o público que nos assiste. A Oposição aqui nesta Casa tem sempre feito um papel de fiscalização, de cobrar, de exigir transparência, e pedir zelo pelo interesse público. Hoje eu venho aqui falar de uma situação delicada, que está tomado corpo na mídia, que foi anunciada esses tempos atrás, que chamou a atenção de muitas pessoas e que chegaram denúncias para nós averiguarmos a situação. Trata-se de uma relação que tem o Governo do Estado com uma Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura chamada Fapec, do Mato Grosso do Sul. Uma fundação que contratou com a Casa Civil, por exemplo, no Convênio n.º 2.146/2024, R\$ 38 milhões sem licitação. Há indícios de uma denúncia que corre na Controladoria-Geral do Estado sobre esse contrato de R\$ 38 milhões e também há um processo no Tribunal de Contas, que está na mão do Relator Ivan Bonilha, Processo n.º 668075/2023, representando a própria entidade com fraude em licitações. Sou muito zeloso em fazer alguns apontamentos. O que tenho pedido aqui hoje, protocolado em nome de todos os Deputados da Oposição, é um Pedido de Informações ao Governo, para que passe cópia desse contrato, se houve realmente dispensa de licitação, quais serviços foram prestados até agora, qual a natureza do serviço contratado, quanto foi pago para a Fapec, quanto disso está em execução e, se há realmente uma denúncia na Controladoria, o que foi feito até agora sobre esse processo? Vejam, um contrato de R\$ 38 milhões por dispensa de licitação com uma fundação... Nada contra o Mato Grosso do Sul, obviamente! Mas, uma fundação não do território paranaense. E, buscando um pouco de informações sobre isso, o Paraná tem várias fundações que trabalham e prestam serviços nesse sentido. Tem fundações da Universidade Estadual de Maringá, de Londrina, na Unesp, na Federal do Paraná. E a pergunta é: por que da escolha da fundação do Mato Grosso do Sul?



Um contrato que gera muitas preocupações: a forma de contratação é a primeira; a segunda é o objeto do contrato. Uma palavra, duas ou três palavras de objeto que dão sentido amplo, um contrato muito difícil de se entender exatamente o que vai ser executado. Palavras bonitas: “inovação”, “cesta de digital”, “protocolos integrados” etc. E a nossa função aqui hoje é pedir cópia desses documentos e, claro, que o Governo explique tudo isso. Quero lembrar também, Deputada Ana Júlia, que essa Fapec é a empresa que disparou os dados que a senhora denunciou na venda das escolas do Paraná aos pais dos alunos. Ou seja, a Fapec, pelo jeito, ao ser contratada por dispensa de licitação da Casa Civil, ainda tem acesso aos dados da Celepar, contrariando a LGPD. Mas vou mais longe. O que mais a Fapec tem a ver com a Celepar? Se existem também mais contratos da Fapec com outros órgãos e outras Secretarias do Estado? É um assunto que precisa de informações, que nós precisamos das respostas para poder fazer o trabalho de fiscalizar e acompanhar. E aqui, Líder Hussein Bakri, sugiro que consigamos por parte do Governo as informações que estamos solicitando, para não ocorrermos aqui em acusar as coisas de forma leviana ou sem conteúdo, não é? Peço também que o Governo reveja, suspenda preventivamente os pagamentos e iniciemos uma apuração desses fatos, e que esses documentos cheguem aqui para tratarmos disso. Tem denúncias também feitas pela imprensa de que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná começou a investigar esse caso, e nós também não temos informações. Então, nesse sentido, a Oposição pediu aqui também para o Tribunal de Contas retirar o sigilo de qualquer ação que envolva a Fapec, em nome da transparência, para que saibamos se existe no Tribunal de Contas. Se tem na Controladoria-Geral do Estado, queremos uma cópia também do processo e, obviamente, queremos que o Estado forneça para nós cópia do contrato, da execução do serviço prestado e essas outras coisas que se fazem essenciais para o trabalho de fiscalização. Dispensa de licitação, para quem conhece, é para poucos serviços específicos, quase únicos, de notório saber, de grande relevância da ciência e cultura. E, ao termos indicativos desses contratos feitos várias vezes, pelo jeito, pelo Estado, começamos a ter



preocupação! E ainda fica aqui a nossa pergunta política: Por que o Estado, que tem a cada 100 quilômetros dentro do seu território uma universidade pública gratuita, da excelência que têm as universidades do Paraná, com fundações tão brilhantes e qualificadas, contrata serviços de outro estado? Foi feita alguma consulta por parte do Governo se no Paraná não produziriam esses serviços e qual o valor deles? Foram feitos por parte do Governo do Estado alguns orçamentos com fundações que chegasse a esses R\$ 38 milhões? Quais são as pessoas que iniciaram o contato com a Fapemig? Quais membros do Governo iniciaram essa relação? E o porquê dessa relação se dar? São perguntas que precisamos para fazer o debate qualificado aqui dentro da Casa, para podermos avançar neste processo. E, claro, se é só a Casa Civil que fez essa contratação ou há mais contratados, órgãos do Governo do Estado, nas suas diversas áreas, para que começemos a entender se isso foi um ato isolado, virou uma praxe no Governo, virou um sistema de mais fácil fazer contratos do que ter licitação, se houve algum sentido a busca de instituições com essa qualificação para termos dispensa? Para além dos serviços, quais objetos mais essa fundação entregou para o Estado? Porque há falas, há denúncias de que tem bens materiais que são objetos de licitação comercial que são entregues em um processo de dispensa de licitação pela característica da Fundação, e quais elementos mais. Então aqui, no intuito de colaborar com a fiscalização, com a vigilância do processo do Estado, pedimos aqui os documentos citados através de um Pedido de Informações ao Governo do Paraná, à Casa Civil; e um pedido ao Tribunal de Contas de que, caso tenha informações, retire o sigilo, traga a transparência; e também que a Controladoria-Geral do Estado forneça para nós cópias, se há de fato uma denúncia sobre esse contrato. Até então, temos informações dadas pela mídia que o Governo do Estado teria um contrato e que haveria denúncias envolvendo alguns integrantes, mas só temos esse fato político na mídia. Então esses três elementos por mim citados aqui e por toda a Oposição são os documentos que precisamos para continuar esta tratativa. Muito obrigado.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado. Antes de o Deputado Hussein usar a palavra, gostaria que se registrasse nas notas taquigráficas desta Assembleia, deste Poder Legislativo que, neste dia 24 de março, o MDB, partido do qual tenho orgulho de ser Presidente Estadual e Líder nesta Casa, está completando 59 anos. Quero aqui saudar o Deputado Tercílio Turini e o Deputado Batatinha e dizer que, em comemoração a tudo isso, hoje teremos, à noite, a partir das 18 horas, uma discussão liderada pelo Presidente da Fundação Ulysses Guimarães, Alceu Moreira: *O Brasil que queremos*. Então, todos aqueles que tiverem vontade de discutir um pouquinho o modelo de Brasil ideal, que possam ir lá no restaurante Dom Antônio, porque serão muito bem-vindos. Estamos iniciando este fórum pelo Estado do Paraná. Portanto, é um orgulho muito grande e não poderia deixar de registrar neste dia de hoje. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado, Deputado Anibelli. Queremos anunciar a presença do Vereador de Maringá, Sr. William Gentil, por proposição da Deputada Maria Victoria. Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, quero saudar a todos os presentes e reconhecer a importância do papel da Oposição no processo democrático. É muito importante. Quando a Oposição é feita com respeito, procurando construir e alertar é importante. O duro quando é uma oposição só por politicagem, falácias, e quero dizer ao Deputado Arilson,



que é Líder da Oposição, aos demais membros da Oposição que trazem esse assunto à tona, que vamos aprovar o Requerimento hoje, é uma praxe do nosso Governo, é uma recomendação do Governador – não temos nada a esconder. Portanto, vou indicar aos membros da nossa base que votem favoráveis, que indiquem o “sim”, porque também queremos resposta. Esse é o nosso desejo e vocês vão ter todas as respostas que forem necessárias. Eu só quero dizer aqui que essa empresa que V.Ex.^a cita, a Fapec, possui contratos – claro que não é o mesmo contrato, eu entendo, mas só preciso dizer para pontuar –, que ela tem contratos com o Governo Federal. É uma empresa que tem com diversos órgãos: Instituto Brasileiro de Informação e Ciência Tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Universidade Federal do Mato Grosso; Universidade de Brasília. Todas elas na mesma modalidade de inexigibilidade, porque é o modelo que se contrata esse tipo de empresa. Agora, se tem algum outro tipo de problema e aparecer durante as investigações, somos os primeiros, o Governo Ratinho Júnior é o primeiro que vai lutar e não vai sobrar pedra sobre pedra até que isso seja apurado. Eu gostei quando ouvi o Deputado Requião, não sei onde ele está, quando ele falou o seguinte, ele deu um bom atestado, ele disse: “*Nós vamos, vamos no Ministério Público e não vai para frente!*” Olha, é um bom sinal. É um órgão extremamente respeitoso, que tem uma credibilidade enorme e que tem o papel de acusar. E se o Ministério Público, Deputado Denian Couto, não encontra indícios para levar para frente, é sinal, evidentemente, que não tem problema. Essa é a minha visão. Quero também dizer que o empresário que fez essa denúncia – ela foi feita ao Tribunal de Contas, o Governo tem ciência de tudo isso –, essa denúncia foi feita no último dia 14, e ele fez algumas acusações graves que terá que provar no decurso ou das investigações ou daquilo que for feito. Essa é a informação que eu tenho, Deputado Arilson, por parte do Governo. Quero também dizer a vocês, eu estava vendo aqui que tem... O Deputado Romanelli saiu daqui. Está aqui, Romanelli. Eu estava aqui vendo uma postagem e como são as coisas. Acusação, não sei se dá para condenar ou não dá para condenar. Acusação é acusação. Diretor da ANTT migra para o Conselho CSN...



Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Virou Diretor de Relações Institucionais da Companhia Siderúrgica Nacional. Antes, resolveu um problema de R\$ 3 bilhões isentando a Siderúrgica de fazer o pagamento de uma ferrovia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Ele fez isso? E agora ele foi...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): A acusação é essa.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E sem quarentena?

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Nem observou a quarentena.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, se você pegar aqui e ver a manchete você vai entender que tem... Agora, dá para afirmar? É isso que eu quero dizer. Dá para afirmar? Eu não posso afirmar aqui desta tribuna que tem xaxo, que tem erro, que tem corrupção e que tem alguma coisa. Há uma decisão, às vezes, que foi tomada por ele pessoalmente e que foi atendido pelo Conselho, mas não se dá para afirmar. Bom, só para finalizar, gostaria de dizer para vocês, Deputado Marcelo Rangel, Vice-Líder, Deputado Artagão, Vice-Líder, que receberemos um Projeto de Lei nesta Casa – já recebemos – que trata de um projeto social fantástico, que oferece as custas de uma carteira de motorista gratuitas para uma boa parcela da nossa população, que atenda uma faixa social mais baixa, Deputado Arilson. Então, vamos votar esse Projeto da carteira de motorista gratuita porque, muitas vezes, as pessoas mais pobres não conseguem fazer uma carteira de motorista, não conseguem juntar dinheiro para pagar, e vamos votar um projeto lá na CCJ amanhã. Você pediu um aparte?

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Sim, Deputado Hussein, apenas para concordar com a sua fala. Hoje denúncias são feitas ao léu, muitas inclusive denúncias anônimas, apenas para embasar discursos, principalmente com relação a essa instituição. Essa instituição é considerada uma das melhores instituições do País e que já tem diversos contratos com muitos Estados do



Brasil. E como o senhor falou muito bem, trabalha com o Governo Federal e na mesma modalidade da inexigibilidade de contratação devido ao seu conhecimento, ao seu histórico. As universidades federais do Brasil já fecharam contratos com a Fapec e os resultados não são de agora, não é de pouco tempo atrás. Estamos falando de uma instituição histórica para o Brasil. Agora, como eu falei, solta-se a denúncia e, como o Governo Ratinho Júnior, o Governo do Paraná, é extremamente transparente, quero parabenizá-lo pelo fato de inclusive apoiarmos um pedido de qualquer informação a respeito desse contrato, porque não tenho dúvida nenhuma de que é um contrato extremamente importante para o Estado do Paraná.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

Deputado Artagão Júnior (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado pelo Presidente.

Deputado Artagão Júnior (PSD): Quem sabe, não é? Quero só, colaborando com esse pensamento, enaltecer e parabenizar pela atitude de apoio total ao esclarecimento das informações. E complementando o que disse o Marcelo, nosso Vice-Líder, que as informações que temos é que a Fundação tem 80% ou mais dos seus contratos feitos com o Governo Federal, com diversos ministérios e com algumas universidades. Então, acho que o esclarecimento é muito bom e é saudável, porque todos podemos ter as informações devidas e adequadas para saber da qualidade dos serviços prestados, de quanto foi pago e para que serve a Fundação, até porque no portfólio ela apresenta esses cartões de visita. Então, alguma coisa realmente é bom esclarecer.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado! Quero finalizar dizendo o seguinte, o mais importante de tudo: discurso é beleza, mas o que é mais importante? Todas as respostas serão dadas. Aqui não tem *tratoraço*. Vocês



sabem o que é *tratoraço*, não é? Em algum momento tinha *tratoraço*. Você dizia “*não*” para requerimento, votava “*não*” contra tudo. Aqui nós não fazemos *tratoraço*. Aqui vamos atender porque não tem nada a esconder. Eu quero só citar para os Deputados e Deputadas que vários projetos que aprovamos aqui estão beneficiando a população através da Fomento Paraná. A Fomento Paraná, Deputado Jacovós, tem uma carteira pública de mais de R\$ 1 bilhão em contratos, com 290 Prefeituras, contratação de R\$ 441 milhões; a carteira privada, que atende os pequenos, R\$ 594 milhões; foram liberados R\$ 290 milhões para 10 mil empreendimentos do setor privado; microcrédito, 8 mil 632; Banco da Mulher Paranaense –atenção, mulherada! –, aprovamos aqui, com o apoio de vocês, 3 mil 559 operações, R\$ 37 milhões liberados; Paraná Recupera, R\$ 151 milhões; reabertura da Linha Fomento Taxista, que foi feita agora, a rede de agentes está presente em 338 municípios. Quero mandar para vocês, para cada gabinete. Vou pedir que a minha assessoria, Roberta, mande para cada gabinete depois essas informações da Fomento Paraná. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio



Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Bührer (UNIÃO) **(53 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Goura (PDT), **(1 Parlamentar).**]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 141/2025**, do Deputado Luis Corti, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pesquisa e Projeção Folclórica Pôr do Sol, com sede no município de Quinta do Sol; **Autuado sob o n.º 142/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que institui o Dia Estadual do Adapariano, a ser celebrado anualmente na data de 20 de dezembro, e insere a data no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 143/2025**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia Estadual do Zootecnista, a ser celebrado anualmente em 13 de maio; **Autuado sob o n.º 144/2025**, do Deputado Thiago Bührer, que dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná os eventos Sesc Triathlon Caiobá e a Maratona Internacional de Foz do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 145/2025**, do Deputado Dr. Antenor, que institui a Campanha Permanente de Diagnóstico, Tratamento e Conscientização dos Transtornos Depressivos e de Ansiedade no Estado do Paraná, e dá outra providências; **Autuado sob o n.º 146/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que concede o título de utilidade pública à



Organização Não Governamental Projetes, Reserva do Iguaçu; **Autuado sob o n.º 147/2025**, dos Deputados Marcelo Rangel e Bazana, que altera a Lei Estadual n.º 18.451, de 6 de abril de 2015, que cria o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, para permitir a destinação de créditos a entidades sociais por meio da digitalização de notas fiscais; **Autuado sob o n.º 148/2025**, do Deputado Cobra Repórter, que institui a Campanha Permanente “Água Justa Paraná”, com diretrizes para a adoção de práticas sustentáveis, uso racional e preservação de recursos hídricos, bem como para aprimoramento das condições de fornecimento de água à população; **Autuado sob o n.º 149/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que proíbe a obrigatoriedade da vacina de Covid-19 em crianças de 0 a 5 anos; **Autuado sob o n.º 150/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação de Recuperação de Alcoólatras, com sede no município de Umuarama; **Autuado sob o n.º 151/2025**, do Deputado Batatinha, que concede o título de Capital Estadual dos Laticínios ao município de São Jorge D’Oeste; **Autuado sob o n.º 152/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que altera a Lei n.º 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, inserindo os servidores da segurança pública no direito a meia-entrada; **Autuado sob o n.º 153/2025**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública ao Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde – IDEAS, com sede no município de Toledo; **Autuado sob o n.º 154/2025**, do Deputado Adão Litro, que concede o título de utilidade pública à Associação Santiago Brasil, com sede no município de Dois Vizinhos; **Autuado sob o n.º 155/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que institui a Política Estadual de Apoio e Incentivo às Cidades Inteligentes – Paraná Inteligente; **Autuado sob o n.º 156/2025**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de Capital do Turismo Ferroviário ao município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 157/2025**, da Deputada Maria Victória, que altera e acrescenta dispositivos na Lei n.º 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.



Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 708/2023, de autoria da Deputada Maria Victoria, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto de Arte e Cultura de Maringá – INSTARTE, com sede no município de Maringá.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 259/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia Estadual do Compositor Musical Paranaense, a ser comemorado anualmente no dia 31 de março.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 312/2024, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que torna obrigatória a informação sobre o fator de alto risco na carteira de pré-natal pelos serviços de saúde públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 715/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que concede título de Utilidade Pública Estadual ao Grupo de Capoeira Guerreiros dos Palmares.

Não foram apresentadas emendas de redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 5 – 2.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 125/2023, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra e do Deputado Requião Filho, que insere os §§ 1.^º e 2.^º no art. 8.^º da Lei n.^º 14.855, de 19 de outubro de 2005, que dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública. (Anexado o Projeto de Lei n.^º 969/2023.) Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Educação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1, dos Deputados Luiz Fernando Guerra, Requião Filho,**



Arilson Chiorato, Goura, Ana Júlia, Doutor Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 6 – 2º Turno do Projeto de Lei n.º 465/2024, que autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Esclerose Lateral Amiotrófica no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ com Substitutivo Geral e Comissão de Saúde Pública. Vamos apreciar o substitutivo geral da CCJ. Em discussão o substitutivo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Queremos anunciar que ontem foi o aniversário do nosso 1º Secretário, Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, queria aproveitar, enquanto a votação acontece, para registrar aqui a presença na tribuna de honra desta Casa da Ex-Vereadora da cidade de Guarapuava, a Bruna Spitzner, acompanhada pela Miss Andressa, e também tem mais alguém junto, mas não sei o nome, fica registrado também. Obrigado pela presença de vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Também anunciar a presença do Prefeito de Florestópolis, Sr. Nicinho, e do vice-Prefeito Marcelo, por solicitação do Deputado Jairo Tamura. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Flavia Francischini, Goura e Marcio Pacheco (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 7 – 1º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2025, em regime de urgência, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral do Estado, e a Lei n.º 14.234, de 26 de novembro de 2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, e revoga a Lei n.º 18.919, de 13 de dezembro de 2016, que autoriza a Procuradoria-Geral do Estado a celebrar composições em execuções fiscais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Projeto de Lei Complementar, peço a atenção de todos, precisamos de no mínimo 28 votos. Voto "sim".

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, enquanto o processo de votação acontece...



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como encaminha a Liderança da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, enquanto a votação acontece, queria convidar os demais Parlamentares a subscreverem um Projeto de Lei comigo estabelecendo o título de Deputado pé-frio no futebol. Porque tem um aqui, à minha esquerda, que é impressionante, como ele é pé-frio. (Risos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estamos em processo de votação.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, enquanto os Parlamentares votam, gostaria de anunciar representantes do município de Mariópolis e, se já foram anunciados, quero reafirmar, Prefeito MarioPaulek e Vice-Prefeita Solange, Vereadores Marcos e Edimilson. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam, Deputado Matheus Vermelho, Deputado Fadel, Deputada Cloara? Como vota, Deputado Renato Freitas? Encerrada a votação: **[Votaram Sim]: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino,**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (50 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Goura e Renato Freitas (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025.

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 460/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente de Conscientização, Prevenção e Tratamento das Doenças do Sono no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "sim".

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Só queria registrar a presença da nossa Vereadora Meri Martins, aqui de Curitiba, que está presente no dia de hoje aqui na Assembleia. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado. Como votam, Deputado Paulo Gomes, Deputado Reichembach, Deputado Requião Filho, Deputado Ricardo Arruda, Deputado Cobra, Deputada Cristina, Deputado Do Carmo, Deputada Cloara, Deputado Bazana, Deputado Alisson?



DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Gostaria de convidar todos os Deputados membros da Comissão de Obras, Transportes e Comunicações para uma reunião, logo após esta Sessão, ali na Sala Caíto Quintana, aqui atrás do Plenário. Alerto os Deputados da base do Governo que tem projetos de interesse da gestão e que serão votados na reunião de hoje. Portanto, é importante a presença de todos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[**Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (50 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Goura e Reichembach (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 460/2024.**

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.^º 233/2024, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que Institui a Semana Cultural Aviva Litoral no Litoral Paranaense e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ com Substitutivo Geral e



Comissão de Cultura. Em discussão o substitutivo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Só para parabenizar a eleição da Vereadora Majô, que foi eleita a primeira mulher Presidente da Câmara de Maringá, uma grande conquista para as mulheres, para a Bancada Feminina e também para o Progressistas. Parabéns, muito sucesso à nossa primeira Presidente da Câmara de Maringá, Majô.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, apenas para também fazer um registro que não passe esquecido, a presença do nosso Prefeito de Assis Chateaubriand – sempre Deputado – Marcel Micheletto, que, amanhã, será, com certeza, apreciado pelos senhores prefeitos como futuro Presidente da AMP – Associação dos Municípios do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Também agradecer a presença do Ex-Deputado e Prefeito de Campo Mourão, Douglas Fabrício. Encerrada a votação...



DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem, Deputado Cobra.*

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O Prefeito Nicinho está convidando também para ir lá assistir à final do campeonato, que o Florão vai ser campeão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (46 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Goura, Gugu Bueno e Renato Freitas (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 544/2024, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação SOS Socorrendo Vidas - ASV. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência parabeniza o Dr. Leonardo, assessor da Liderança do Governo, que hoje está fazendo aniversário. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cloara Pinheiro, Goura, Luis Corti, Requião Filho e Samuel Dantas (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado** o Projeto de Lei n.º 544/2024.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, registro o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti. **Está aprovado o projeto.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Hussein.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Devidamente conversado, para ganhar tempo, os dois Requerimentos que existem serão como envio de Expediente, aprovados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD):

Requerimento n.º 438/2025, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Governador o Estado do Paraná e ao Secretário de Estado da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, Sr. Everton Luiz da Costa Souza, requerendo informações sobre os estudos para a concessão do Parque do Monge como Unidade de Conservação Estadual; **Requerimento n.º 457/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações para o Ex.^{mo} Sr. Chefe da Casa Civil, solicitando esclarecimentos e documentos sobre a contratação por inexigibilidade da FAPEC e a existência de processos de apuração de desvios ou responsabilização de agente público. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 430/2025, do Deputado Bazana, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Federação Paranaense das Associações de Síndrome de Down - FEPASD, e aos auto defensores do Paraná relacionados, com entrega no horário do Grande Expediente do dia 4 de março, em que se comemora o “O Dia Internacional da Síndrome de Down”; **Requerimento n.º 431/2025**, dos Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Moacyr Fadel, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, requerendo que seja incluída a conclusão da pavimentação da PR-090 no trecho entre o distrito de Bateias, em Campo Largo, e o distrito de Socavão, em Castro, como obra estratégica para o Estado do Paraná, conforme especifica;



Requerimento n.º 432/2025, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao II.^{mo} Sr. Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências urgentes para a limpeza do acúmulo de terra e outros detritos na via, bem como para a revitalização da sinalização na região do viaduto que intersecciona as rodovias PR-160 e PR-323, interligando os municípios de Sertaneja e Paranagi;

Requerimento n.º 433/2025, do Deputado Batatinha, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo a aquisição e destinação de 2 (duas) ambulâncias do tipo SIATE para o município de Foz do Iguaçu; **Requerimento n.º 434/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa para o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária - pela comemoração de aniversário de seus 17 anos; **Requerimento n.º 435/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa, datados em 25 de abril de 2025, aos Governadores e associados pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense e 120 anos de fundação do Rotary International, celebrados em sessão solene;

Requerimento n.º 436/2025, do Deputado Batatinha, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa aos Militares Estaduais Willian de Souza Beltramin, Geazi Ribeira da Silva e Cristiano da Silva Barbosa, pertencentes ao 6.^º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, pelo excepcional desempenho na ação de salvamento de uma criança; **Requerimento n.º 437/2025**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando a concessão de menção honrosa e votos de louvor aos homenageados relacionados em razão do Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, pelos seus relevantes trabalhos prestados em prol da causa e em favor dos autistas e seus familiares;

Requerimento n.º 439/2025, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Norberto Anacleto Ortigara, requerendo informações acerca dos efeitos que a Edição da Resolução 1570 da SEFA, publicada em 18 de dezembro de 2024, trará às entidades pertencentes ao terceiro setor; **Requerimento n.º 440/2025**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Federação das



Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Beneficentes - FENIPA do Estado do Paraná e ao SR. Charles London, em virtude dos 39 (trinta e nove) anos da Instituição; **Requerimento n.º 451/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Saúde, Sr. César Augusto Neves, e ao Governador do Estado do Paraná, requerendo esforços para a completa abertura e funcionamento da Santa Casa de Paranavaí - Unidade Morumbi; **Requerimento n.º 452/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Sr. Rafael Cordeiro, pelo seu trabalho nas artes marciais como ex-lutador de muay thai, kickboxing e MMA. **Requerimento n.º 453/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências urgentes para a roçagem da vegetação na margem da rodovia PR-340, especialmente no trecho que dá acesso ao município de Jaguapitã; **Requerimento n.º 454/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pela comemoração dos 40 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Cascavel e região - SINTRIVEL; **Requerimento n.º 455/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Ordem de Pastores Evangélicos de Maringá - OPEM, por prestar justa homenagem e reconhecimento pelos mais de 15 anos da Ordem de pastores Evangélicos de Maringá; **Requerimento n.º 456/2025**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente para o Ex.^{mo} Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, requerendo a retirada de sigilo e as cópias integrais dos processos de Denúncia n.º 472689 e Representação da Lei de Licitações n.º 668075/23.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 447/2025**, do Deputado Paulo Gomes, requerendo a indicação do Deputado Márcio Pacheco como membro titular e do Deputado Soldado Adriano José como membro suplente



do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis; **Requerimento n.º 448/2025**, do Deputado Do Carmo, requerendo a indicação do Deputado Do Carmo como membro titular e do Deputado Thiago Bührer como membro suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis; **Requerimento n.º 449/2025**, do Deputado Gilson de Souza, requerendo a indicação do Deputado Gilson de Souza como membro suplente do Deputado Delegado Jacovós no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa de Leis, para o biênio 2025/2026; **Requerimento n.º 450/2025**, do Deputado Batatinha, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 140/2025 por similaridade aos Projetos de Lei n.os 45/2024 e 221/2024; **Requerimento n.º 458/2025**, dos Deputados Moacyr Fadel, Hussein Bakri, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Anibelli Neto, Maria Victória, Delegado Jacovós, Tercílio Turini, Luiz Fernando Guerra, Marli Paulino, Luiz Cláudio Romanelli, Cristina Silvestri, Marcelo Rangel, Soldado Adriano José, Gugu Bueno, Ney Leprevost, Alisson Wandscheer, Mabel Canto e Gilberto Ribeiro, requerendo a constituição de Comissão Especial para elaboração de estudos sobre Empreendedorismo e Inovação, com objetivo de elaborar o Código do Empreendedor do Paraná.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 429/2025**, do Deputado Paulo Gomes, solicitando o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 24 de março de 2025, nos termos do art. 120 do RI da Assembleia Legislativa, para a entrega do Código do Consumidor Paranaense impressa aos Senhores Deputados e menção honrosa aos convidados homenageados relacionados.

Justificativas de ausências.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 441/2025**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025; **Requerimento n.º 442/2025**, da



Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025; **Requerimento n.º 443/2025**, do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025; **Requerimento n.º 444/2025**, do Deputado Renato Freitas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025; **Requerimento n.º 445/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de março de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 446/2025**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11 e 17 de março de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Apenas comunicar que amanhã teremos duas sessões, uma Sessão Ordinária e outra Extraordinária. Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outras duas Sessões para terça-feira, dia 25, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia:** Sessão Ordinária - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 233/2024 e 544/2024, 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025 e do Projeto de Lei n.º 460/2024, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 659/2024 e 88/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 908/2023 e 785/2024; Sessão Extraordinária - 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 659/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h22 tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)